

NA POLI, PECE CRESCE 33% E ARRECADA R\$ 4 MILHÕES EM 2001

Gilberto Maringoni
Jornalista

A unidade tem grande número de cursos pagos de extensão (como o CEAI, citado no anúncio ao lado) e pós-graduação, os quais repassam à USP só 13% das receitas. No Programa de Educação Continuada (Pece), a receita cresceu de R\$ 3 milhões em 2000 para R\$ 4 milhões em 2001

CEAI - Curso de Extensão em Administração Industrial

Objetivos: Apresentar e discutir os conceitos e metodologias da Administração Industrial, visando capacitar os participantes na utilização das mesmas, bem como aumentar a competitividade da empresa. Este curso oferece um amplo espectro de disciplinas, sendo 16 básicas e as restantes opcionais, envolvendo assuntos de grande importância como Qualidade, Produtividade, Organização Industrial, Métodos Estatísticos e de Otimização, Economia e Finanças das Empresas etc.

Público Alvo: O CEAI é voltado exclusivamente para pessoas com graduação completa.

Programas: Especialização - 12 disciplinas (432 horas de aula) Atualização - disciplinas isoladas (36 horas de aula)

Corpo Docente: Professores da Escola Politécnica da USP e da Fundação Carlos Alberto Vanzolini com larga experiência didática e profissional.

Processo de Seleção: • Análise de currículo profissional • Enviar currículo completo e cópia de documento comprobatório de conclusão do curso superior até o dia **09/Agosto/2002**, para a Fundação Vanzolini, na Av. Prof. Almeida Prado, tov. 2, nº 531, Bloco D2, 1ª andar, Sala D2-108, Cidade Universitária - São Paulo - SP CEP 05508-900, indicando no envelope a sigla **CEAI/3º Quadrimestre/2002**.

Divulgação dos Participantes Selecionados: À partir de 19/Agosto/2002.

Matriculas dos Participantes Selecionados: À partir de 26/Agosto/2002.

Início das Aulas: 16/Setembro/2002, de 2ª a 5ª feira, das 19:30 às 22:30h.

Certificados: Os certificados de especialização e de atualização serão emitidos pela USP.

INFORMAÇÕES:
Tel.: (11) 3814-7366 - Ramais: 300 e 394 (das 9:00 às 21:00h)
Fax.: (11) 3814-7366 - Ramal 392
ceai@vanzolini.org.br • www.vanzolini.org.br/areas/cursos/ceai.html

A Escola Politécnica é uma das unidades da USP que levou mais longe a oferta de cursos pagos. Além de abrigar a Fundação Carlos Alberto Vanzolini (FCAV), que ministra dezenas de cursos pagos, e a Fundação para o Desenvolvimento da Tecnologia (FDTE), a unidade mantém o Programa de Educação Continuada (Pece) e o Mestrado Profissionalizante em Engenharia Automotiva, vinculado à Comissão de Pós-Graduação. A FCAV existe há 35 anos e funciona nas dependências do Departamento de Engenharia de Produção. Oferece atualmente 190 cursos, divididos entre seis de pós-graduação *lato sensu* e cursos de especialização (de curta duração) ministrados nas salas da própria fundação ou nas empresas que os contratam.

A página da FCAV na Internet (www.vanzolini.org.br) faz questão de informar que os certificados “serão emitidos pela USP”. O curso “MBA Gestão de Operações – Produtos & Serviços”, por exemplo, tem duração de “um ano e meio” e o interessado paga R\$ 1.400,00 de matrícula e 17 mensalidades de R\$ 995,00, o que totaliza R\$ 18.315,00 por aluno.

Vários dos cursos da FCAV são anunciados nas páginas dos cadernos de empregos dos jornais diários. Um desses anúncios, publicado na edição de 4 de agosto da *Folha de S. Paulo*, promove o Curso de Extensão em Administração Industrial (CEAI), que terá início em setembro. O “corpo docente” do

curso é apresentado, ali, de modo intrigante: “Professores da Escola Politécnica da USP e da Fundação Carlos Alberto Vanzolini com larga experiência didática e profissional”. Os professores são “da USP”, mas concomitantemente também o são “da” FCAV.

Embora seja classificado como curso de atualização, a carga horária do CEAI é das mais extensas: 432 horas-aula, o suficiente para enquadrá-lo como um curso de pós-graduação *lato sensu*. Os pre-

*Entre
2000 e 2001, a
remuneração total dos
docentes do Pece aumentou
de R\$ 907 mil para R\$ 1,5
milhão, variação de
65%*

ços, que não constam do anúncio: matrícula de R\$ 567,00 e 24 parcelas de R\$ 310,00 (o que totaliza R\$ 8.007,00 por aluno).

A página do Pece (www.pece.org.br) apresenta, por seu turno, “vários cursos em nível de pós-graduação *lato sensu*, que são oferecidos no campus da USP, e também podem ser realizados nas empresas ou associações”. O programa vale-se do prestígio da instituição que o abriga, ao informar que ele está “vinculado à Escola Politécnica da USP, que tem mais de 100 anos, com uma presença marcante na Engenharia nacional”. Adiante é assi-

nalado que os concluintes “recebem um Diploma de Conclusão emitido oficialmente pela Escola Politécnica da USP”.

O Pece, que em 2000 auferiu R\$ 3.051.000,00 com a venda de seus cursos pagos, em 2001 obteve uma receita 33% maior: R\$ 4.082.000,00. A elevação da receita foi expressiva em termos reais, pois a inflação foi inferior a 10% em 2001 — o IPCA-IBGE registrou 7,67% e o ICV-Dieese (que apura o custo de vida no município de São Paulo) apontou 9,42%. O montante destinado à remuneração dos professores que atuam no Pece (parte dos quais não é da USP) evoluiu de R\$ 907.000,00, em 2000, para R\$ 1.503.660,00 em 2001, isto é, uma variação de 65%.

As rubricas “coordenadores subprogramas” e “coord. geral do Pece”, que constavam do demonstrativo financeiro de 2000 (*Revista Adusp* 24, p. 124), não aparecem no demonstrativo financeiro de 2001. Indagado a respeito, o professor Vahan Agopyan, diretor da Politécnica, declarou que a coordenação agora está incluída na rubrica “Pessoal-Pece” e que as cifras destinadas à remuneração dos coordenadores são “proporcionais” às demais cifras. Em 2000, os coordenadores dos subprogramas receberam o montante de R\$ 246.000,00, e o coordenador geral R\$ 70.028,00.

Segundo o professor Ivan Gilberto Sandoval Falleiros, vice-diretor da unidade, “os cursos que recebem o certificado da Politécnica usam fundações, escolhidas num processo de con-

corrência, para gerir os contratos e fundos resultantes”. A FDTE, atual responsável pela gestão do Pece, recebeu R\$ 352.684,00. Os repasses obrigatórios foram de R\$ 188.316,00 para a Reitoria, de R\$ 76.405,00 para a Diretoria da Politécnica e de R\$ 210.534,00 para os departamentos.

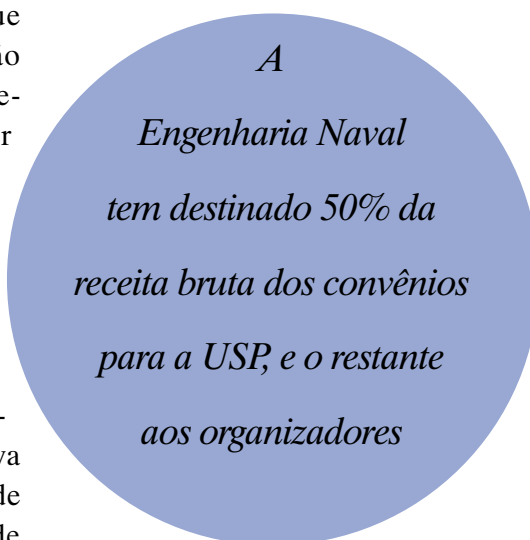
A página da FDTE na Internet (www.pcs.usp.br/~fdte) informa ser ela “uma entidade privada (que) mantém convênio de cooperação mútua com a Escola Politécnica da Universidade de São Paulo”. O vice-diretor justifica ainda que “os cursos são pagos, pois são oferecidos a um mercado competitivo, como a indústria, que quer capacitar mais seus funcionários, objetivando aumentar sua competitividade no mercado”.

Argumento semelhante é externado pelo professor Ronaldo Salvagni, 50, coordenador do Mestrado Profissionalizante em Engenharia Automotiva e vice-chefe do Departamento de Engenharia Mecânica. “O grande problema aqui na USP é o fato de o curso ser pago. Ele é pago porque tem custos, os docentes são remunerados, há melhorias de salas de aula, pagamento de pessoal de secretaria etc. Se ele não fosse pago, necessitaria de recursos orçamentários da USP, que não virão”.

Segundo o professor Salvagni, existe o preceito do ensino público e gratuito, que “pode gerar distorções e injustiças”. No primeiro e segundo grau, é justo que assim seja, opina ele. “Mas os cursos profissionais são dirigidos a empresas

que terão um ganho direto com isto”, argumenta, completando que “a gratuidade destes cursos representaria uma privatização dos benefícios e uma socialização dos custos”. O programa coordenado pelo professor Salvagni mantém cursos voltados para a indústria automobilística, “que representa 13% do PIB” (**leia texto sobre mestrados profissionalizantes na p. 28**).

A receita total bruta arrecadada pelos cursos é assim dividida: 5% para a Reitoria, 5% para o



Departamento e 3% para a Escola Politécnica. Ou seja: do total arrecadado, somente 13% são destinados à USP. O professor Ivan Falleiros frisa que “este percentual não é sobre o resultado líquido, que muitas vezes nem é grande”. Sobre a mesma receita bruta, é cobrada a taxa de administração da fundação gestora, que em 2002 é de 8%.

A Resolução da Reitoria nº 4543, de 20 de março de 1998, determina que a unidade “deverá reter no mínimo 10% e no máximo

50% do numerário recebido pelo docente por participação em atividades previstas nos artigos 15 e 16 da Resolução 3533, modificada pela Resolução 4542, recolhendo à Reitoria o equivalente a 5% desse numerário” (**acesse o texto completo em <http://leginf.uspnet.usp.br/normas/resol/r4543m.htm>**). Ocorre que o Conselho Técnico-Administrativo da Politécnica fixou em 13% o percentual (Portaria DIR100/98).

José Augusto Aranha, professor titular de Engenharia Mecânica e ex-chefe do Departamento de Engenharia Naval, critica a destinação à USP de tão-só um reduzido percentual da receita: “É um absurdo. Se estivéssemos numa universidade privada, seríamos mandados embora”, fulmina ele. “É possível trabalhar-se com um percentual que favoreça mais a instituição: a Engenharia Naval, por exemplo, tem trabalhado com uma proporção de 50%-50% sobre a receita bruta, divididos entre os organizadores das atividades e a instituição”. Ele diz não saber se esta é proporção mais justa para a instituição, “mas é maior que aquela em geral aplicada e tem uma racionalidade singela: o docente que porventura dobrar o seu próprio salário (este era o teto que existia antigamente) ‘sai de graça’ para a USP”.

Dizendo não ser purista, o professor Aranha avalia que os recursos extra-orçamentários são importantes. “Há aqueles que defendem a universidade como se fosse uma catedral em que ne-

nhum recurso seja admissível que não os repasses do Estado. Mas há outros voltados para o mercado, que querem transformar isso aqui num *shopping center*, onde tudo seja permitido”, compara ele.

“Penso que devemos traçar uma bissetriz aí. É importante que captemos recursos extra-orçamentários, pois os repasses do Estado não tendem a aumentar. Mas o que não se pode fazer é transformar isso aqui em escritórios particulares, por conta destas percentagens que falei. Não é



Professor Salvagni

crime você captar recursos fora. Isso vale também para os cursos, pois o que se está vendendo é o nome da USP. Se o curso é de bom nível, é natural que se cobre, mas o dinheiro deve vir para a universidade”.

O professor Aranha completa sua argumentação defendendo que os professores envolvidos tenham uma complementação salarial. “Mas o processo deve ser transparente. Nós sabemos, na USP, quanto ganha cada docente. Se estamos numa instituição pública, todos devem saber quanto ganham os responsáveis pelos convênios e cursos”. Ele lamenta que estes dados não estejam disponíveis, “pois este é um grande buraco negro, no qual não deve haver sigilo”.

O ponto levantado pelo ex-chefe do Departamento de Engenharia Naval remete à questão

inevitável: quanto ganham os professores e organizadores dos cursos? Segundo o vice-diretor Falleiros, “cada professor propõe o valor que julga justo para si”.

*Repassar
à USP mais de
13% da receita é “matar a
galinha dos ovos de ouro”, diz
o coordenador do Mestrado
Profissionalizante*

Ele exemplifica: “Tenho aqui em minha mesa alguns contratos. Variam entre R\$ 100,00 e R\$ 150,00 a hora-aula”.

“Aumentar este percentual atu-

al [de 13%] teria um caráter predatório, de matar a galinha dos ovos de ouro”, rebate o professor Salvagni. Segundo ele, os recursos orçamentários correntes é que devem ser “mais deslocados para as áreas que não têm suporte e menos para aquelas que têm condições de captar recursos fora”. Ele também critica “uma outra tendência, que a Adusp defende, de que ninguém capte”, por considerá-la “a proposta mais burra possível”.

O professor Salvagni diz ficar surpreso com a reação negativa a este tipo

de atividade na USP. “Para mim é muito positivo oferecer cursos assim e ademais carrear recursos para a universidade. Há sempre o argumento de que o professor irá deixar de lado suas atividades discentes normais e se dedicar ao curso, para ganhar dinheiro. Quem quer ganhar dinheiro não está na universidade”, garante.

Além de se utilizarem de dependências da USP, os cursos pagos se valem de algo muito mais importante: o próprio prestígio da universidade. O professor Aranha conta que coordena um convênio com a Petrobrás. Certa vez, em tom de provocação, perguntou a conhecidos seus na empresa: “Se ao invés de estarmos aqui, estivéssemos em uma universidade qualquer sem expressão acadêmica, vocês manteriam o convênio?” A resposta foi direta: “Claro que não!

Demonstrativo financeiro do Pece - 2001

RECEITA	4.082.000,00
DESPESAS DIRETAS	2.146.277,00
FDTE	352.684,00
Professores	1.503.660,00
Livros	165.266,00
Apostilas – xerox	124.667,00
DESPESAS INDIRETAS	1.273.964,00
Pessoal – PECE	410.910,00
Pessoal – Órgãos centrais – Diretoria	192.264,00
Outras despesas – Diretoria	2.500,00
Material permanente (mesas/carteiras/micros etc.)	170.000,00
Manutenção material permanente	26.852,00
Telefone	5.100,00
Correio	41.000,00
Taxi/ônibus/quilometragem	5.636,00
Material de escritório – transparências	21.000,00
Lanches servidos em salas de aula - alunos	137.986,00
Publicidade	125.000,00
Coffee break/encerramentos cursos/almoço alunos	105.769,00
CPMF	22.107,00
Limpeza	7.840,00
TRANSFERÊNCIAS	475.255,00
RUSP	188.316,00
Diretoria	76.405,00
Departamentos	210.534,00

Fonte: Diretoria da Escola Politécnica

O convênio existe por vocês estarem na USP!”

Na opinião do ex-chefe do Departamento de Engenharia Naval, “deveria haver um fundo, que centralizasse esta verba e a distribuísse por áreas de pesquisa que não têm

tanta aderência ao mercado”. Há projetos internos aos departamentos, ou em áreas como matemática pura, filosofia etc., lembra ele, que não têm esta capacidade de captação e deveriam ser contemplados com algo que beneficiasse a todos.

“Rediscutir a proporção e distribuir as verbas extra-orçamentárias seriam maneiras de se dirigir um processo que em si não é condenável”, pensa ele, para concluir: “Como está atualmente é algo que não existe em lugar nenhum do mundo”.